

Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 6

Data: terça-feira, 22 de agosto de 2018.

Local: Ed. PO 700 – Sala 219

Participantes:

Membros do Comitê:

- Marcio Sidney Sousa Cavalcante - Diretor-Executivo
- Ruy Gomide Barreira - Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública
- Luis Carlos Marchão - Auditor-Chefe
- Ana Salett Marques Gulli - Procuradora-Chefe

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Coordenadora-Geral (substituta) da Cgpla/Direx
- Liziane Raquel Moreira – Coordenadora da Cogep/Cgpla/Direx e Gestora do Contrato nº 57/2017 - Fundação Instituto de Administração - FIA
- Mirza Rachel Cintra e Silva – Técnica da Cogep/Cgpla/Direx

Representantes de áreas e indicados para compor o Subcomitê:

- Frank Deusdará de Souza - Audit
- Fernanda Rodrigues de Moraes - PFE
- Rodrigo Adriano Machado Varela - Coava/Cgpla/Direx
- Renan Lange Holdorf - Cgpla/Direx
- Lilian da Silva Capinam - Cgcon/Direx
- Patrícia Valéria Vaz Areal - Cgcot/Densp
- Ricardo Frederico de Melo Arantes (pela manhã) - Cgear/Densp
- Rodolfo Rodriguez de Carvalho - Cgesa/Densp
- Rômulo Henrique da Cruz - Copet/Desam
- Silene Lima Dourado Ximenes Santos - Cocag/Desam
- Márcio Biage da Silveira (pela manhã) - Cglog/Deadm

Agentes Externos:

- Alexandre Giroux Cavalcanti - Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no estado do Mato Grosso
- Larimer Daniel - Preposto da consultoria contratada na FUNASA (Contrato nº 57/2017 - Fundação Instituto de Administração - FIA).
- Sérgio Assiz - Consultor responsável pelo Subprojeto 6 - Avaliação, Introdução de Melhorias e Elaboração de Procedimentos em Macroprocessos.

Observação: não houve designação formal de representantes do Comitê da Presidência, Chefia de Gabinete, Departamento de Administração e do Departamento de Saúde Ambiental para esta reunião do Comitê.

Pauta:

- Manhã:
 - Apresentação da Metodologia de Gestão de Riscos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e
 - Avaliação da adequação técnica, dos requisitos de idoneidade e do desempenho dos cargos em comissão (Ofício 1 e 2-Fiscalis 25/2018/TCU/Secex-MT - SEI nº 25100.008311/2018-57).
- Tarde:
 - Otimização do Macroprocesso "Convênios" (Contrato nº 57/2017 - Fundação Instituto de Administração - Subprojeto 6 - Avaliação, Introdução de Melhorias e Elaboração de Procedimentos em Macroprocessos).

ORDEM DO DIA

A Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação substituta, Elizabeth Manes, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, apresentou o Sr. Alexandre Giroux Cavalcante, do TCU/Secex/MT e comunicou os itens da pauta.

O servidor Renan Holdorf contextualizou sobre Governança, Gestão de Riscos, dando um panorama geral, citando o referencial básico de Governança do TCU (2014) que embasou inicialmente a apresentação, elencando os conceitos e práticas de governança para o entendimento dos presentes.

Na sequência, após explicações rápidas de utilização, foram demonstradas as diferenças entre o Coso I e Coso II (2017), além do ISO 31000 e foi dado início da explanação sobre a Metodologia MPDG, onde a Coordenadora da Cgpla solicitou que fosse aprofundado o estudo dessa metodologia do Ministério do Planejamento pelos técnicos indicados para compor o Subcomitê, visando a proposta a ser utilizada pela Funasa. Na sequência, o Sr. Ruy Barreira questionou se o Presidente da Funasa tinha conhecimento das metodologias que estavam sendo apresentadas e o Sr. Alexandre Giroux/TCU também questionou a ausência do representante da Presidência na reunião, o que foi respondido da presença do Diretor Executivo que é o representante legal do Presidente.

Dando continuidade, foi informado que a Cgpla vem tentando agendar com o Sr. Rodrigo Fontenelle - Assessor Especial de Controle Interno/AECI/MP uma reunião na Funasa para maiores esclarecimentos sobre a implantação da Gestão de Riscos e da metodologia utilizada pelo Ministério. O sr. Luis Carlos Marchão, se ofereceu para contatar o Sr. Rodrigo Fontenelle para que uma reunião fosse agendada.

Nesse instante, o Sr. Renan pontuou que a Fundação teria como opção a criação de uma metodologia própria, apoiada no Coso ou a utilização da metodologia do Ministério do Planejamento, com base nas análises internas para a escolha, lembrando que essa metodologia é voltada para processos e não estratégia. Disse ainda que a Fundação deve escolher quais os processos que devem ser trabalhados com a sinalização de prioridade para a implementação da gestão de riscos, dada pelo Comitê.

Em continuidade, foram apresentados os pontos mais relevantes do Manual de Gerenciamento de Integridade (MP), a Matriz de Risco e o Método de Priorização de Processos.

O Sr. Alexandre Giroux, fez uma intervenção em que disse: *“a implementação da gestão de riscos visa conter o desperdício de recursos. Tem que haver foco nos problemas principais do órgão. Estabelecer uma política de controle é caríssimo. Por que vai se criar tal controle? Tem que se criar um controle razoável de acordo com os processos priorizados e espera-se que esse controle seja inserido na cultura dos servidores da Funasa*

e que não seja visto como “mais um plano estratégico” na parede e sim que ao longo do tempo os servidores da Funasa tenham a real noção de quais são os seus principais processos, quais são os controles que precisam ser encarados de frente com coragem. Há uma rotatividade política dentro da Funasa e as pessoas chegam totalmente por fora...sem saber o que é prioritário...agora a Direção é essa ou aquela. Se os servidores da Funasa rodarem isso (gestão de risco) ano a ano, eles mesmos terão a noção de quais serão os processos prioritários, os controles que realmente precisam ser criados. À primeira vista, é algo burocrático, mas confie. O método não foi criado no Brasil, é um método de países que tem preocupação com cada dólar gasto. Por que foi criado o Comitê? O Comitê tem que ser a base dos servidores da Funasa, que vai criar a história da Funasa. Criar uma instância onde o político chegue e saiba que aqui tem uma burocracia forte, que tem maturidade, que sabe quais são os processos relevantes e quais são os controles que realmente foram instituídos. É difícil no início, mas lá na frente os servidores da Funasa vão entender todo o processo”. Continuando, perguntou: “por que fizemos auditoria na estratégia da Funasa? Porque os processos devem ser priorizados. Mas será que esses processos realmente são necessários? Estamos criticando os primeiros passos, o diagnóstico do problema geral que a Funasa tem que atacar. É isso que estamos tentando fazer nesse raciocínio previamente. A Fia também agora está fazendo seu trabalho de estratégia junto com a Funasa. Nosso objetivo realmente é que se questione as premissas básicas de onde precisamos atacar, qual estratégia está correta, enfim o raciocínio é para que não caia em mais um erro de toda a Administração pública, ao longos dos anos..., mais uma burocracia, mais papel, mas questionário...quando digo “a gente”, a sociedade, o TCU, enfim, quem defende os interesses do cidadão, o dinheiro é caro, estarmos aqui é caro. Essa metodologia vai permitir que a gente tenha a real noção, onde e qual o investimento de tempo e esforço que a gente deve encarar. Quais os controles que devem ser encarados (sic) ”.

A seguir, o sr. Marchão pontuou que: “esse estudo apresentado pela Cgpla conseguiu clarear bem os caminhos que o Comitê deverá percorrer para trabalhar na avaliação, enxergar os riscos e fazer a proposta de como fazer o tratamento desses riscos. Enfatizou que é necessário objetivar onde queremos chegar, porque se a Instituição não tiver isso claro, como vai fazer isso? – temos alguns problemas, como referencial para fazer exame de gestão de risco -, associar isso a uma estratégia de gestão que diga o horizonte da Instituição e que a gente precisa entender e esse entendimento precisa ser incorporado não apenas no Comitê mas por todos, desde o rapaz da portaria e ele tem que saber o que o órgão que ele está trabalhando faz até a alta administração. Esse ponto é fundamental. O esqueleto de como vamos andar, o caminho está mais ou menos referenciado, acredito eu que é possível conseguirmos evoluir, afinal temos conhecimento de gestão pública, mas o que me aflige ainda é esse ponto...qual é exatamente o nosso propósito, no macro e no operacional, na execução com o particular. Isso tem que ser compreendido no nível central e no nível operacional. Cada Suest terá que fazer a sua avaliação, cada departamento terá que fazer a sua avaliação. O grande desafio nosso é ter essa ferramenta, trazer esse conhecimento, o exemplo interessante que aconteceu em outro órgão, como aconteceu nesse caso, qual o resultado efetivo, para que possamos ficar mais convencidos que estamos corretos (sic) ”.

Continuando, o Sr. Marchão disse que: “quando se fala em estratégia, ela tem um viés meio de tempo, meio de horizonte, meio de subjetividade, meio que de fumaça, meio que de nuvem...realmente fica mais complicado. Talvez, a estratégia seja um dos fundamentos mais difíceis da Instituição. Vamos clarear isso até que seja compreendido. A estratégia lida com cenários que estão fora do nosso manuseio prático do dia-a-dia”.

Após a leitura dos itens propostos na ordem do dia, a Coordenadora da Cgpla, dada a urgência necessária, colocou em pauta a definição da Metodologia de Gestão de Riscos do

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão como aquela que deverá ser utilizada pela Fundação e ajustada no que for necessário, o que foi prontamente aceito. O Diretor Executivo considerou que o momento exige a urgência e assertividade necessária para que as decisões sejam tomadas. Aceita a metodologia, passou-se ao outro item da pauta, qual seja, a Avaliação da adequação técnica, dos requisitos de idoneidade e do desempenho dos cargos em comissão (Ofício 1 e 2-Fiscalis).

A título de colaboração, o Sr. Alexandre sugeriu que o Comitê encaminhe o material para que os membros possam ler antes das reuniões, para abreviar e tornar as reuniões mais eficientes. Este é um dos pontos que iremos avaliar: *“a capacidade do membro do Comitê ter maturidade para tomar a decisão sobre determinado assunto”*.

Dando prosseguimento, o Sr. Renan comunicou, após recebimento de informações de consulta junto a Cgesp, que não há na Fundação nenhum tipo de avaliação de desempenho para os cargos DAS 4 e superior. Com relação à consulta feita a Cogep, referente a avaliação de desempenho de requisitos técnicos – contrato FIA-, um dos subprojetos desse contrato é um Plano de Gestão por Competências e que tem como escopo uma revisão e atualização do modelo de avaliação de desempenho baseado em competências e que se desdobrará na definição de competências para os cargos de liderança (nos três níveis), podendo dar informações quanto aos requisitos técnicos necessários quanto do modelo de desempenho da liderança. O projeto tem duração de 3 meses, compostos por grupos de trabalho e após a aprovação desse modelo, será criado um comitê de avaliação para que essa metodologia seja feita periodicamente. A Coordenadora Geral da Cgpla questionou ao sr. Alexandre Giroux sobre a resposta da Secex/MT sobre uma consulta efetuada pela Auditoria da Funasa sobre esse assunto, o qual foi respondido que a resposta já foi dada. O sr. Ruy informou ter tomado conhecimento e o sr. Marchão ficou de verificar para encaminhar aos demais membros do Comitê e à secretaria executiva do Comitê. Na sequência foram dirimidas algumas dúvidas existentes, no tocante ao assunto entre os presentes e o Sr. Alexandre Giroux.

O último tema de pauta da reunião versou sobre Otimização do Macroprocesso "Convênios" (Contrato nº 57/2017 - Fundação Instituto de Administração - Subprojeto 6 - Avaliação, Introdução de Melhorias e Elaboração de Procedimentos em Macroprocessos), que foi conduzida pelo Prof. Sérgio Assiz - Consultor responsável pelo Subprojeto 6 que apresentou a Metodologia Lean e Inovação, (ideias de melhoria do processo de convênios) e a Ferramenta Chave (o selecionador de ideias). Na sequência, falou sobre o Mapa Multifuncional e o Acelerador de ações DMAIC (definir, medir, analisar, inovar & implementar, controlar). Neste momento, a Sra. Lilian Capinam teceu comentários acerca do mapa multifuncional e sobre a avaliação de ciclo/convênios. Pontuou sobre os obstáculos que seriam enfrentados para a melhoria do macroprocesso convênios. Após a apresentação, houve questionamentos sobre o cronograma final. A sra. Silene falou sobre a leitura que os tempos e prazos impactam negativamente no mapa multifuncional. O sr. Ruy questionou do prazo e demora apresentados no mapa funcional se não impactariam negativamente no processo gerencial. A Sra. Juliana Zancul fala da complexidade de prazos nas variáveis apresentadas para estudos e o Sr. Pedro fala dos prazos médios, variáveis para a elaboração de projetos, valores e a necessidade de buscar melhorias dentro das possibilidades apresentadas. Como opção para sanar as variáveis, o Sr. Daniel sugeriu uma série de videoconferências para esses ajustes. Neste momento, a Dra. Ana Salete entende que as ideias de melhorias do processo de convênios apresentadas pela FIA são reais e aprova e ressalta a necessidade dos Secov e das Diesp participarem de videoconferências. O Prof. Sergio questionou se a videoconferência seria a melhor forma a ser utilizada, dada a complexidade do evento. O Sr. Ruy lembrou que a Funasa se encontra num momento de restrição de passagens, ficando, portanto, a videoconferência a mais indicada.

Como encaminhamentos, restaram:

a) A sugestão do sr. Alexandre Giroux, que o Sr. Rodrigo Fontenelle venha à Funasa para exemplificar/direcionar a Fundação na implementação da metodologia, restando apenas a confirmação por parte do sr. Luis Carlos Marchão, quanto a agenda do mesmo;

b) O Subcomitê, assim que designados seus membros, fica responsável por analisar e testar a metodologia do MPDG, adaptá-la conforme a necessidade e propor possíveis ajustes;

c) A sra. Elizabeth Manes ficou responsável por verificar a possibilidade de videoconferência para as Suest;

d) O encaminhamento do material previamente as reuniões do Comitê;

e) Encaminhamento do registro da reunião, lista de presença e material apresentado;

f) Encaminhamento das publicações das Portarias do Regimento Interno do CGRC e do Subcomitê, Política de Gestão de Riscos e de designação do Subcomitê;

g) Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com o agradecimento à presença de todos.